

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 5.109, DE 2001

Estende à construção, instalação e funcionamento de usinas termelétricas aeroderivadas os mesmos estímulos existentes para usinas utilizadoras de fontes alternativas ou pequenas centrais hidrelétricas – PCHs.

**Autor:** Deputado ANTÔNIO CAMBRAIA

**Relator:** Deputado ANDRÉ DE PAULA

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de lei apresentado na Legislatura anterior, que objetiva estender à construção, instalação e funcionamento de usinas termelétricas aeroderivadas os mesmos estímulos existentes para usinas utilizadoras de fontes alternativas ou pequenas centrais hidrelétricas – PCHs.

Ainda na Legislatura anterior, o Projeto foi distribuído à CEIC – Comissão de Economia, Indústria e Comércio, onde foi aprovado, com emenda, nos termos do Parecer do Relator, nobre Deputado EMERSON KAPAZ.

A seguir, a proposição, juntamente com a emenda adotada pela CEIC, foi submetida ao crivo da CME – Comissão de Minas e Energia, onde igualmente logrou aprovação nos termos do Parecer do Relator, ilustre Deputado JUQUINHA.

Agora, após ao regular desarquivamento no início da presente Legislatura, as proposições encontram-se nesta douta CCJR – Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, onde aguardam Parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e no prazo previsto para o regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa da proposição epigrafada é válida, pois compete privativamente à União legislar sobre energia (cf. o art. 22, IV, da CF).

Passando à análise pormenorizada do Projeto, verificamos que, em sua presente redação, alguns dispositivos da proposição podem vir a ter sua constitucionalidade discutida por eventual invasão de competência legislativa do Poder Executivo. Tal não é o caso do art. 7º da proposição, claramente inconstitucional, havendo inclusive decisão do STF – Supremo Tribunal Federal neste sentido.

Outrossim, o Projeto contém alguns lapsos de redação, além de necessitar de adaptação aos preceitos da LC nº 95/98.

Então, achamos por bem oferecer o Substitutivo em anexo ao Projeto, que suprime o seu art. 7º, melhora a redação de alguns dispositivos, corrige lapsos redacionais e o adapta às regras da LC nº 95/98.

Quanto à emenda adotada pela CEIC ao Projeto, nada a objetar quanto aos aspectos que devem ser analisados nesta oportunidade.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 5.109/01, na redação dada pelo Substitutivo em anexo; e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da emenda ao Projeto adotada pela douta CEIC.

É o voto.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2003.

Deputado ANDRÉ DE PAULA  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 5.109, DE 2001

Estende à construção, instalação e funcionamento de usinas termelétricas aeroderivadas os mesmos estímulos existentes para usinas utilizadoras de fontes alternativas ou pequenas centrais hidrelétricas – PCHs.

**Autor:** Deputado **ANTÔNIO CAMBRAIA**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estende à construção, instalação e funcionamento de usinas termelétricas aeroderivadas – UTE-AD, os mesmos estímulos existentes para usinas utilizadoras de fontes alternativas ou pequenas centrais hidrelétricas – PCHs.

Art. 2º Estendem-se à construção, instalação e funcionamento de usinas termelétricas aeroderivadas os mesmos incentivos existentes para usinas utilizadoras de fontes alternativas ou pequenas centrais hidrelétricas – PCHs.

Parágrafo único. Para os fins de concessão dos incentivos previstos nesta lei, as usinas geradoras mencionadas no *caput* deste artigo estão limitadas a conjuntos com potência total de até trinta megawatts.

Art. 3º A construção das unidades geradoras, ou sua aquisição, gozará das mesmas linhas de crédito existentes para unidades de geração a partir de fontes alternativas ou pequenas centrais hidrelétricas.

Art. 4º O ato do órgão competente que autorizar a instalação e funcionamento da UTE-AD estabelecerá os níveis de incentivos, observados:

I – quanto aos incentivos existentes:

- a) equivalência com unidades fotovoltaicas;
- b) equivalência com unidades eólicas;
- c) equivalência com pequenas centrais hidrelétricas.

II – quanto ao projeto:

- a) localização;
- b) potência projetada;
- c) mobilidade da unidade de geração;
- d) possibilidade de aproveitamento em co-geração;
- e) utilização de ciclos combinados;
- f) eficiência do sistema em comparação com a geração termelétrica convencional;
- g) nível de demanda em relação às ofertas existente e projetada.

Art. 5º Os incentivos de que tratam os arts. 3º e 4º não podem ser superiores ou inferiores aos aplicados para as unidades equivalentes em cada etapa.

Parágrafo único. Consideram-se, para fins desta lei, como etapas:

- I – construção ou aquisição;
- II – instalação da unidade;

III – funcionamento da usina;

IV – transmissão da energia gerada;

V – comercialização da energia gerada;

VI – distribuição da energia gerada.

Art. 6º O § 4º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. ....

.....  
 § 4º Respeitado o prazo máximo fixado no parágrafo anterior, sub-rogar-se-á no direito de usufruir da sistemática ali referida, pelo prazo e forma a serem regulamentados pelo órgão competente, o titular de concessão ou autorização para:

*I – aproveitamento hidrelétrico de que trata o inciso I do art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996, ou geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, que venham a ser implantados em sistema elétrico isolado, em substituição a geração termelétrica que utilize derivado de petróleo;*

*II – empreendimento que promova a redução de dispêndio da Conta de Consumo de Combustíveis.” (NR)*

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2003.

Deputado ANDRÉ DE PAULA

Relator